



A PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO

Simulado Final

DPE SP

Analista de Defensoria
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final DPE-SP (Analista de Defensoria)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista de Defensoria do DPE-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cSUzof9bp5jimVY77>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/F3ru>

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO:****FURTO DE FLOR**

Furtei uma flor daquele jardim. O porteiro do edifício cochilava, e eu furtei a flor. Trouxe-a para casa e coloquei-a no copo com água. Logo senti que ela não estava feliz. O copo destina-se a beber e flor não é para ser bebida. Passei-a para o vaso e notei que ela me agradecia, revelando melhor sua delicada composição. Quantas novidades há numa flor se a contemplarmos bem. Sendo autor do furto, eu assumira a obrigação de conservá-la. Renovei a água do vaso, mas a flor empalidecia. Temi por sua vida. Não adiantava restituí-la ao jardim. Nem apelar para o médico de flores. Eu a furtara, eu a via morrer. Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-a docemente e fui depositá-la no jardim onde desabrochava. O porteiro estava atento e repreendeu-me:

– Que ideia a sua, vir jogar lixo de sua casa neste jardim!

(Carlos Drummond de Andrade)

1. Considerando o texto acima, assinale a alternativa correta.

- a) Predomina o uso do futuro do pretérito para reforçar a ideia condicional dos fatos narrados.
- b) Pela sucessão de fatos, percebe-se que o narrador não se arrependeu do furto.
- c) O uso do pretérito imperfeito e do pretérito perfeito em "O porteiro do edifício cochilava, e eu furtei a flor" indicam que uma ação ocorreu antes da outra.
- d) Ao retornar ao jardim, o porteiro reconhece o narrador e o repreende.
- e) Todos os acontecimentos narrados acontecem no passado, mas o uso do pretérito mais-que-perfeito indica que há ações que ocorreram em um passado mais distante.

2. Predomina no texto acima a tipologia

- a) descritiva
- b) injuntiva
- c) argumentativa
- d) expositiva
- e) narrativa

3. Os elementos sublinhados no trecho a seguir apresentam como referentes, respectivamente:

"Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-a docemente e fui depositá-la no jardim onde desabrochava. O porteiro estava atento e repreendeu-me"

- a) morte; flor; jardim; porteiro.
- b) flor; morte; jardim; porteiro.
- c) morte; flor; jardim; narrador.
- d) flor; flor; jardim; porteiro.
- e) flor; flor; jardim; narrador.

4. A alternativa que apresenta a figura de linguagem mais evidente no texto é:

- a) metáfora
- b) onomatopeia
- c) comparação
- d) prosopopeia
- e) sinestesia

5. Transpondo-se para a voz passiva a frase *É preciso que reconsideremos a nova gestão*, a forma verbal resultante deverá ser

- a) reconsiderarmos.
- b) seja reconsiderada.
- c) venhamos a reconsiderar.
- d) fosse reconsiderado.
- e) tenhamos reconsiderado.

6. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) A pesquisadora elaborou uma pesquisa com animais dos quais fez referência durante a palestra.
- b) A pesquisadora elaborou uma pesquisa com animais nos quais desconfiava.
- c) A pesquisadora elaborou uma pesquisa com animais de cujos nomes esqueceu.
- d) A pesquisadora elaborou uma pesquisa com animais em que confiava.
- e) A pesquisadora elaborou uma pesquisa com animais aos quais admirava.

7. Assinale a alternativa que apresenta enunciado redigido de acordo com a norma-padrão de concordância.

- a) É sabido que existe entre os animais selvagens aqueles que são mais dóceis.
- b) Argumentam-se que os mais idosos carregam mais experiências.
- c) Nas disputas eleitorais, podem haver muitas ofensas entre os candidatos.
- d) Depois de um estado de caos, não de existir dias de paz.
- e) Tratam-se de assuntos importantíssimos nessa ONG.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

8. Sobre a classificação das constituições, considere as assertivas abaixo

- I. As constituições outorgadas são aquelas impostas sem participação popular, como a Constituição brasileira de 1824.
- II. Constituições rígidas são aquelas que podem ser alteradas pelo mesmo processo legislativo

ordinário utilizado para a modificação das leis comuns.

III. Constituições dirigentes estabelecem diretrizes para a atuação estatal, sendo a CF/1988 um exemplo desse tipo de constituição.

IV. A classificação ontológica divide as constituições em normativas, nominativas e semânticas, sendo a CF/1988 considerada normativa.

V. Constituições sintéticas possuem extenso detalhamento de temas jurídicos, enquanto constituições analíticas restringem-se a princípios fundamentais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e V.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, III, IV e V.
- e) III, IV e V.

9. Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos do homem são aqueles positivados em textos constitucionais ou em tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.
- b) A doutrina majoritária reconhece a existência de cinco gerações de direitos fundamentais, sendo a quarta geração relacionada aos direitos difusos e coletivos e a quinta geração voltada à igualdade de gênero.
- c) A característica da universalidade dos direitos fundamentais implica que todos os indivíduos, sem distinção, possuem os mesmos direitos em qualquer tempo e lugar, independentemente de sua condição específica.
- d) Os direitos fundamentais podem ser restringidos em situações excepcionais, como no estado de sítio e no estado de defesa, respeitando-se, contudo, o núcleo essencial desses direitos.
- e) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais se restringe às relações entre o indivíduo e o Estado, não se aplicando às relações entre particulares.

10. Sobre os direitos sociais previstos na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) Os direitos sociais são considerados normas de eficácia plena, podendo ser aplicados diretamente, sem necessidade de regulamentação ou intervenção estatal.
- b) A Constituição Federal de 1988, desde sua promulgação, sempre previu a moradia, a alimentação e o transporte como direitos sociais.
- c) O princípio da vedação ao retrocesso social impede que direitos sociais já garantidos sejam restringidos ou eliminados pelo Estado sem a criação de medidas compensatórias.
- d) A reserva do possível impede qualquer tipo de intervenção do Poder Judiciário na implementação dos direitos sociais, pois sua efetivação depende exclusivamente da previsão orçamentária e da atuação do Poder Executivo.
- e) O mínimo existencial é um princípio jurídico que determina que os direitos sociais devem ser garantidos de forma irrestrita pelo Estado, sem qualquer limitação orçamentária ou financeira.

11. Sobre os direitos políticos previstos na CF/1988, analise as afirmativas a seguir

- I - O sufrágio pode ser universal ou restrito, sendo que o Brasil adota o sufrágio universal, permitindo o direito de votar e ser votado a todos os cidadãos que cumpram os requisitos legais.
- II - O plebiscito e o referendo são formas de consulta popular previstas na CF/1988, diferindo entre si pelo momento da consulta, sendo que no plebiscito a população é consultada antes da decisão legislativa ou administrativa, enquanto no referendo a consulta ocorre após a edição do ato normativo.
- III - O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os brasileiros maiores de 18 anos e facultativos para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens entre 16 e 18 anos.
- IV - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos, mas os estrangeiros e os conscritos podem se

candidatar caso atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pela legislação eleitoral.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

12. Sobre o Poder Legislativo no Brasil, analise as afirmativas a seguir

I - O Poder Legislativo exerce predominantemente as funções de legislar e fiscalizar, sendo que a função fiscalizatória inclui o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Poder Executivo.

II - No Brasil, o Congresso Nacional é bicameral, sendo composto pelo Senado Federal, que representa os Estados e o Distrito Federal, e pela Câmara dos Deputados, que representa o povo.

III - A Constituição Federal prevê a realização de sessões conjuntas do Congresso Nacional para a apreciação de matérias específicas, como o recebimento do compromisso do Presidente da República e a deliberação sobre vetos presidenciais.

IV - Em nível estadual, o Poder Legislativo também é bicameral, sendo composto pela Assembleia Legislativa e pelo Conselho Estadual de Representação Popular.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

13. Sobre o Poder Executivo na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O sistema presidencialista, adotado pelo Brasil, caracteriza-se pela separação rígida entre os Poderes, permitindo ao Presidente da República a dissolução do Congresso Nacional em caso de grave crise política.
- b) O Presidente da República, no exercício de suas funções, acumula as atribuições de Chefe de Estado e Chefe de Governo, sendo responsável tanto pela condução das relações internacionais quanto pela formulação e execução de políticas públicas internas.
- c) O Vice-Presidente da República possui atribuições autônomas na administração pública federal, podendo tomar decisões independentes do Presidente e exercer funções legislativas, se autorizado pelo Congresso Nacional.
- d) O processo de *impeachment* do Presidente da República ocorre exclusivamente no Supremo Tribunal Federal, independentemente da atuação do Congresso Nacional, garantindo celeridade no julgamento de crimes de responsabilidade.
- e) No Brasil, o Poder Executivo pode editar decretos legislativos com força de lei, podendo alterar normas gerais aprovadas pelo Congresso Nacional sem necessidade de sua aprovação prévia.

14. Sobre a ordem social na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) A seguridade social compreende a previdência social, a assistência social e a saúde, sendo organizada exclusivamente pelo Estado, sem a participação da sociedade civil.
- b) O direito à saúde é garantido a todos, mas depende de contribuição prévia do cidadão para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o princípio contributivo da seguridade social.
- c) A previdência social, diferentemente da assistência social, tem caráter contributivo e filiação obrigatória, sendo destinada exclusivamente aos trabalhadores que contribuem para o sistema.

d) A ordem social na CF/1988 tem como base a livre iniciativa e como objetivo a redução da carga tributária, assegurando ao Estado o papel de regulador da economia.

e) O financiamento da seguridade social é realizado exclusivamente por meio das contribuições dos trabalhadores, sendo vedada a participação de empresas ou do Estado na arrecadação de recursos.

15. Sobre a atuação e a autonomia do Ministério Público, considerando a CF/1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público possui autonomia funcional, administrativa e financeira, mas seus membros estão subordinados hierarquicamente ao Procurador-Geral da República, que pode avocar investigações e determinar arquivamentos de procedimentos instaurados por promotores de justiça.
- b) O STF decidiu que é constitucional o pagamento de gratificação a membros do Ministério Público que prestem serviços à Justiça Eleitoral, desde que os valores sejam fixados por lei complementar estadual e custeados pelo Tribunal Regional Eleitoral correspondente.
- c) O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pode rever processos disciplinares de membros do MP estadual e federal sem limitação de tempo, podendo anular qualquer decisão administrativa das corregedorias locais independentemente de prazo.
- d) O Procurador-Geral da República tem competência exclusiva para resolver conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos Estaduais, sem possibilidade de intervenção do CNMP.
- e) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública para a defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS, conforme decisão do STF, afastando a alegação de que tais direitos seriam disponíveis e individuais.

16. O controle de constitucionalidade no Brasil pode ser exercido de diversas formas, a depender do momento, do órgão responsável e do parâmetro adotado. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) O controle de constitucionalidade concentrado no Brasil é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro a Constituição Federal, não sendo possível a realização desse controle em âmbito estadual.
- b) O controle repressivo de constitucionalidade é realizado apenas pelo Poder Judiciário, sendo vedado ao Poder Legislativo exercer qualquer tipo de fiscalização da constitucionalidade das normas após sua promulgação.
- c) No Brasil, os Tribunais de Justiça podem exercer o controle de constitucionalidade de leis municipais e estaduais, desde que tenham como parâmetro a Constituição do Estado correspondente.
- d) O veto do Presidente da República a um projeto de lei, por contrariar o interesse público, configura uma forma de controle preventivo de constitucionalidade.
- e) No sistema brasileiro, os órgãos fracionários dos Tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos, independentemente de decisão anterior do Plenário do Tribunal ou do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

17. Quanto às espécies de agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) os agentes honoríficos possuem vínculo empregatício com a administração pública e são remunerados regularmente.
- b) os agentes políticos exercem função técnica, de execução administrativa, com subordinação hierárquica.

- c) os empregados públicos são servidores estatutários submetidos a regime jurídico próprio.
- d) os agentes delegados realizam atividade pública em nome próprio, por sua conta e risco, sob fiscalização estatal.
- e) os agentes credenciados exercem atribuições permanentes dentro da estrutura do Estado.

18. Sobre as diferenças entre direito público e direito privado, assinale a alternativa correta:

- a) no direito público, vigora o princípio da autonomia da vontade, permitindo ampla liberdade de ação ao Estado.
- b) no direito privado, o Estado atua com supremacia sobre o particular, exercendo poder de império.
- c) o direito público regula as relações entre particulares com base na igualdade formal entre as partes.
- d) o direito privado permite a atuação do Estado com predominância de normas de direito público.
- e) no direito público, o Estado atua em nome da coletividade, com prerrogativas que lhe conferem superioridade na relação jurídica.

19. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um atributo do ato administrativo:

- a) a autoexecutoriedade permite que o ato administrativo seja sempre levado a efeito independentemente de previsão legal.
- b) a presunção de legitimidade impede qualquer controle judicial sobre o ato administrativo.
- c) a imperatividade significa que os atos administrativos vinculados não produzem efeitos obrigatórios.
- d) a tipicidade implica que o ato administrativo deve corresponder a figura previamente definida em lei, mas não está presente nos contratos administrativos.
- e) a exigibilidade é um atributo exclusivo dos atos administrativos discricionários.

20. Com relação ao controle da Administração Pública, é correto afirmar:

- a) no Tribunal de Contas da União, o auditor, quando não estiver em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos de juiz de Tribunal Regional Federal.
- b) o controle externo é realizado apenas pelo Poder Legislativo, sem auxílio de outros órgãos, dado o caráter exclusivamente político desse controle.
- c) o controle interno está vinculado ao exercício da função jurisdicional, admitindo a anulação e revogação de atos administrativos.
- d) o controle da administração pública visa apenas à repressão de atos ilícitos, justificando a anulação, mas não a revogação de atos, em razão da autonomia do agente público.
- e) o controle administrativo é exercido exclusivamente pelos Tribunais De Contas.

21. Após a conclusão das fases de julgamento e habilitação de uma licitação promovida por autarquia federal, não houve interposição de recursos administrativos por parte dos licitantes. O processo foi, então, encaminhado à autoridade superior para a deliberação final. Diante dessa situação, de acordo com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) a autoridade superior deve obrigatoriamente homologar a licitação e adjudicar o objeto ao vencedor, salvo se houver manifestação contrária do setor jurídico.
- b) caso identifique vício formal sanável em uma das fases, a autoridade poderá anular diretamente todo o certame, dispensando manifestação dos interessados.
- c) a autoridade poderá revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, desde que fundamente sua decisão em fato superveniente devidamente comprovado.
- d) a revogação da licitação somente será admitida mediante provocação de um dos licitantes e se houver prejuízo ao erário.

e) a homologação da licitação é ato meramente protocolar, e prescinde de análise de legalidade ou conveniência por parte da autoridade superior.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

22. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

23. Conforme dispõe a Constituição Federal, com previsão dada pela Emenda Constitucional 132/2023 (Reforma Tributária), o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) Princípio da unicidade.
- b) Princípio da transparência.
- c) Princípio da justiça tributária.
- d) Princípio da cooperação.
- e) Princípio da defesa do meio ambiente.

24. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

25. Em relação aos impostos de Competência dos Estados e de Competência Compartilhada entre Estados, DF e Municípios, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas de referência para o IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas máximas para o ICMS.
- III-) O IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, valor, utilização, impacto ambiental e nacionalidade do veículo automotor.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) II.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

26. De acordo com a Teoria Geral dos Direitos Humanos, temos que os mesmos são dotados de universalidade, ou seja, destinam-se a todas as pessoas em todos os territórios. Além dessa característica, observam-se outras mais, exceto:

- a) os direitos humanos apesar de tidos como normas mínimas para assegurar uma vida em dignidade, o que denota certa imprecisão conceitual, são dotados de justiciabilidade, uma vez que têm plena exigibilidade em juízo
- b) também nas relações entre particulares se deve observar as normas de direitos humanos, pois se deve reconhecer a eficácia horizontal dos mesmos
- c) Quando se fala em Educação e Formação em Direitos Humanos, é válido citar a Declaração das Nações Unidas que ambiciona promover tal ensino formal (educação pré-escolar, básica, secundária e superior), bem como não formal e informal.
- d) Diante de aparente conflito entre normas de direitos humanos, deve-se prezar pela primazia da norma mais benéfica, partindo-se da premissa de uma interpretação “pro homine”
- e) o núcleo do sistema universal de proteção dos direitos humanos é composto por dez tratados, sendo o primeiro deles a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, e por mais nove, dentre os quais os chamados Pactos de 1966.

27. Em caso de guerra, de perigo público, ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado Parte, este poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitado às exigências da situação, suspendam as obrigações contraídas em virtude da Convenção Americana de Direitos Humanos. Apesar de tal autorização, não poderão ser suspensos

- a) direito ao reconhecimento da personalidade jurídica; direito de resposta; direito ao nome
- b) liberdade de Pensamento e de Expressão; direito à integridade pessoal; direito à nacionalidade
- c) direitos políticos; direito ao reconhecimento da personalidade jurídica; liberdade de consciência e de religião
- d) proteção da honra e da dignidade; direitos políticos; direito de reunião
- e) direito à integridade pessoal; direito à nacionalidade; liberdade de Pensamento e de Expressão

28. Joana é acadêmica do curso de Direito e pesquisa sobre o fenômeno da constitucionalização do direito privado, conhecendo às raízes dos direitos fundamentais e, em outra perspectiva, dos direitos humanos. Em sua mais recente pesquisa abordou o tema da dignidade da pessoa humana como valor-base para o reconhecimento de direitos humanos. Sobre a dignidade humana, Joana poderá defender acertadamente que:

- a) Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade, contudo não se observa a existência de dispositivos que tratem de tal proteção legal junto às normas de direitos humanos
- b) O primado da dignidade da pessoa humana poderá ser mitigado diante condenação à pena de morte, desde que respeito ao devido processo legal.
- c) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a aplicação de pena de morte para agentes que venham a cometer crimes graves, desde que

sejam garantidos o julgamento justo e a imparcialidade do juízo.

- d) Sobre as correntes de fundamentação dos direitos humanos, a dignidade da pessoa humana é considerada a última delas, tendo superado as demais, como a corrente positivista e de fundamento na moral.
- e) A dignidade da pessoa humana é fundamento do Estado Democrático de Direito, sendo considerada como qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da Comunidade.

29. O texto do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais reconhece o direito ao gozo de condições de trabalho justas e favoráveis que assegurem, no mínimo:

- a) salário equitativo a homens e mulheres, ainda que por trabalho de atribuições distintas.
- b) proibição de demissões em massa sem prévio acordo coletivo.
- c) igual oportunidade para todos de serem promovidos à categoria superior que lhes corresponda, considerando o tempo de trabalho, capacidade e condição social
- d) férias periódicas remuneradas.
- e) limitação razoável das horas de trabalho, tendo carga semanal máxima de 40h.

30. No que se refere aos Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir.

I. Quanto ao que afirma a Constituição Federal de 1988 sobre o incidente de deslocamento de competência voltado à federalização de crimes cometidos mediante grave violação de direitos humanos, tem-se que o mesmo pode ser iniciado a partir de ação direcionada ao Superior Tribunal de Justiça, subscrita pelo Defensor Público-Geral Federal.

II. Os tratados internacionais de direitos humanos, para que atinjam “status” de Emenda Constitucional, deverão ser aprovados pelo quórum qualificado de setenta por cento dos votos em dois turnos nas duas casas do Congresso Nacional.

III. Supondo que o Presidente da República assinou tratado internacional no qual os Estados celebrantes se comprometem a promover um alargamento da política de combate ao abandono de idosos em instituições de acolhimento, hospitais e entidades congêneres, tal Tratado será internalizado com natureza de lei ordinária, vez que não trata de matéria de direitos humanos, diretamente.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

31. Sobre noções gerais de Direitos Humanos, julgue os itens a seguir.

I. Os direitos humanos não são absolutos, podendo sofrer limitações diante de eventuais conflitos com outros direitos, premissa que leva ao conceito de relativismo.

II. Pode-se definir os direitos humanos como conjunto de normas que, em cada momento histórico,

concretizam as exigências de dignidade, liberdade e igualdade humanas, uma vez que positivados na esfera internacional e trazidos para a ordem interna dos Estados.

III. De acordo com as características da historicidade e do “efeito cliquet”, tem-se que os direitos humanos que já tenham sido estabelecidos não poderão sofrer diminuição, restando, ainda, vinculados ao desenvolvimento histórico e cultural das sociedades.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) I e II
- c) II e III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

32. A partir do atual entendimento jurisprudencial e das normas mais recentes sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

I. O posicionamento atual e preponderante define que o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência, de modo que não pode disputar vagas reservadas a esse grupo em concursos públicos.

II. Indivíduos que têm perda auditiva unilateral total, ou que possuam visão monocular, poderão concorrer pelas vagas reservadas às pessoas com deficiência em concursos públicos.

III. Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, seja unilateral ou bilateral, parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

33. No que se refere às atuais políticas de proteção à pessoa idosa, é correto afirmar que o acesso a um benefício mensal no valor de 1 (um) salário-mínimo será concedido às pessoas idosas

- a) maiores de 60 (sessenta) anos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família
- b) maiores de 60 (sessenta) anos, quando comprovarem renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo
- c) maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, quando incapacitadas de forma permanente
- d) maiores de 65 (sessenta e cinco) anos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família
- e) maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, quando assim requererem junto à assistência social

34. Sobre Direitos humanos de pessoas vulnerabilizadas, leia o trecho a seguir.

“à valorização de nossas singularidades e características e ao esforço deliberado para inserção econômica, política e social de pessoas que estejam ausentes dos espaços de oportunidade, prestígio e tomada de decisão na sociedade”.

AMATO, Luciano. **Diversidade e inclusão**: e suas dimensões. São Paulo, 2022.

Diante da narrativa acima, vê-se a consagração de um paradigma a ser implementado, trata-se da (o):

- a) integração social
- b) universalismo de partida
- c) inclusão social
- d) capacitismo social
- e) modelo impositivo da tomada de decisão apoiada

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lilian Novakoski

35. A legislação vigente, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece diretrizes para a garantia da convivência familiar e comunitária da criança e do adolescente. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) A competência para apreciar as ações de guarda é determinada pelo domicílio da adolescente quando ela estiver em local diverso de quem detém a sua guarda.
- b) O procedimento para suspensão ou perda do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público, do Conselho Tutelar, da criança ou do adolescente.
- c) Em ação de perda ou suspensão do poder familiar, os pais que estiverem privados de sua liberdade poderão ter sua oitiva dispensada, em caso de risco à integridade ou à saúde da criança ou do adolescente.
- d) Os pais dependentes de drogas serão destituídos do poder familiar, pois a criança tem o direito de crescer livre de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- e) Pessoas físicas e jurídicas podem apadrinhar crianças e adolescentes a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

36. Sobre a aplicação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade assistida é a medida socioeducativa mais grave e só pode ser aplicada após a internação.
- b) A internação pode ser aplicada ao adolescente sempre que o juiz entender que a medida será benéfica para sua reabilitação social.
- c) A medida socioeducativa de semiliberdade permite que o adolescente exerça atividades externas, como estudo e trabalho.
- d) O cumprimento da medida socioeducativa de internação pode ser prorrogado para além dos 21 anos, caso o infrator não tenha cumprido integralmente a pena.
- e) O adolescente internado pode ficar em dependência conjunta com adultos, desde que tenha mais de 17 anos e esteja próximo da maioridade.

37. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabelece diretrizes para a execução das medidas socioeducativas. Com base na Lei nº 12.594/2012 (Lei do SINASE), assinale a alternativa correta:

- a) O SINASE tem como objetivo punir severamente adolescentes infratores, reforçando a responsabilidade penal a partir dos 14 anos.
- b) As unidades de internação devem oferecer condições adequadas de escolarização e profissionalização aos adolescentes.
- c) O prazo máximo de internação no sistema socioeducativo pode ser prorrogado indefinidamente, caso o infrator tenha praticado ato infracional equiparado a crime hediondo.
- d) As medidas socioeducativas de meio aberto não fazem parte do SINASE, sendo de competência exclusiva dos órgãos estaduais de proteção à infância.
- e) A execução das medidas socioeducativas deve ser pautada exclusivamente na decisão judicial, sem necessidade de acompanhamento por equipe multidisciplinar.

38. A Lei 12.594/2012 – Lei do SINASE prevê sobre os programas de meio aberto e de privação de liberdade. Sobre os Programas de Meio Aberto, compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

- I - selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida
- II - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção
- III - a definição das estratégias para a gestão de conflitos, vedada a previsão de isolamento cautelar

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) II e III
- e) Todas estão corretas

39. A Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012) estabelece regras e diretrizes para a execução das medidas socioeducativas. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta:

- a) O SINASE estabelece que os programas de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são de responsabilidade exclusiva da União.
- b) A aplicação das medidas socioeducativas deve ser individualizada, levando em consideração a história de vida do adolescente, sua condição social e os fatores que levaram à prática do ato infracional.
- c) O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 3 meses, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente.
- d) O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo prevê que a inclusão do adolescente no meio familiar não é prioritária, devendo-se garantir apenas seu cumprimento de medidas dentro do sistema.
- e) O tempo máximo de internação para adolescentes que cometem ato infracional equiparado a crime hediondo é de cinco anos, podendo ser estendido até os 23 anos de idade.

40. Conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90, é correto afirmar que:

- a) É criança aquele que possui 12 anos completos.
- b) É dever exclusivo do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- c) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação, aos seus direitos fundamentais.
- d) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

e) É direito da criança e adolescente a garantia de prioridade, que compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, salvo se existir idosos e gestantes aguardando atendimento anteriormente.

41. A Lei 13.257/2016 dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância, sendo instituída a Política Nacional de Atendimento Educacional especializado para crianças, chamada atenção precoce, para crianças de:

- a) 0 a 4 anos
- b) 0 a 6 anos
- c) 1 a 3 anos
- d) 0 a 3 anos
- e) 0 a 5 anos

42. O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser direito fundamental à vida e à saúde. No que refere-se a estes direitos, julgue as assertivas

- I- O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária
- II- A gestante e a parturiente têm direito a 2 acompanhantes de sua preferência durante o período do pré-natal, preferencialmente o genitor, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- III- Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II
- c) III
- d) II e III
- e) Todas estão incorretas

43. Com base nas disposições da Lei 13.431/2017, sobre escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, assinale a alternativa correta:

- a) A escuta especializada e o depoimento especial podem ser realizados em qualquer ambiente institucional, desde que o profissional responsável tenha experiência na condução de entrevistas com crianças e adolescentes.
- b) O depoimento especial pode ser tomado mais de uma vez sempre que houver interesse da acusação ou da defesa, sem necessidade de justificativa específica.
- c) No depoimento especial, a criança ou o adolescente pode prestar seu relato diretamente ao juiz, caso prefira, sendo garantida a preservação de sua intimidade e privacidade.
- d) Durante o depoimento especial, a leitura da denúncia ou de outras peças processuais é permitida para facilitar a compreensão da criança ou do adolescente sobre o caso.
- e) O contato visual entre a criança ou adolescente e o suposto autor da violência pode ocorrer desde que seja garantida a segurança física do depoente.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

44. Sobre os crimes contra a pessoa, identifique a alternativa CORRETA.

- a) Nos delitos que ofendem a honra, a pena pode ser aumentada em 50% quando a ofensa ocorre na presença de várias pessoas ou através de meios que favoreçam a divulgação da calúnia, difamação ou injúria.
- b) No caso de violência psicológica contra a mulher, a pena é aumentada em dois terços se o crime for cometido com o uso de arma de fogo.
- c) No crime de perseguição, a pena é aumentada em metade se a ofensa for direcionada a uma criança, adolescente ou idoso.

d) Para que o crime de invasão de dispositivo informático seja caracterizado, é necessário que haja a violação de um mecanismo de segurança.

e) A lesão corporal é considerada gravíssima quando provoca à vítima gestante a aceleração do parto.

45. De acordo com os crimes contra o patrimônio, identifique a alternativa correta.

a) Subtrair um bem móvel de outra pessoa, utilizando grave ameaça ou violência, e mantendo a vítima sob controle, restringindo sua liberdade, configura o crime de extorsão mediante sequestro.

b) O furto é considerado qualificado quando é realizado com a destruição ou rompimento de um obstáculo para a subtração do bem.

c) Se uma pessoa é sequestrada com o objetivo de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem como condição ou preço do resgate, isso caracterizará o crime de roubo mediante sequestro, mesmo que o sequestro dure menos de 24 horas.

d) O furto é qualificado se ocorrer durante o período da noite.

e) Quem encontra um bem perdido e se apropria dele, sem devolvê-lo ao proprietário ou entregá-lo à autoridade competente dentro de um prazo de 15 dias, não comete crime se não souber quem é o dono do objeto.

46. Assinale a alternativa correta em relação aos crimes contra a dignidade sexual.

- a) O crime de importunação sexual é crime subsidiário e será caracterizado somente se o ato libidinoso praticado não constituir crime mais grave.
- b) A relação sexual consensual com um menor de 14 anos não será considerada estupro de vulnerável se ficar demonstrado que a vítima já tinha uma vida sexual ativa anteriormente.
- c) Ter um estabelecimento voltado para a exploração sexual é visto como uma conduta atípica na ausência de envolvimento de crianças e adolescentes.
- d) Registrar um ato sexual sem o consentimento dos participantes só será passível de punição se houver divulgação para terceiros.
- e) Ter relações sexuais com uma pessoa que está desacordada caracteriza o crime de estupro, conforme o artigo 213 do Código Penal.

47. Em relação aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) a conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário não constitui crime contra a fé pública, pois não é fato punível.
- b) comete o crime de falsificação de documento particular o agente que falsifica ações de sociedade comercial.
- c) comete o crime de falsificação de documento público o agente que altera certidão emanada de entidade paraestatal.
- d) o uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando o agente é funcionário público.
- e) a falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não se prevaleça do cargo.

48. Aquele que “Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado legítimo perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário” pratica, em tese:

- a) crime de prevaricação.
- b) crime de corrupção passiva.
- c) crime de corrupção ativa.
- d) crime de advocacia administrativa.
- e) fato atípico, haja vista que o interesse é legítimo, havendo possibilidade de responsabilização administrativa.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

49. Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- a) os crimes de abuso de autoridade, além do dolo, exigem a presença de elemento subjetivo especial, isto é, a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, a atuação por mero capricho ou satisfação pessoal;
- b) aquele que exerce função pública transitoriamente ou sem remuneração não é considerado autoridade pública, de modo que não pode figurar como sujeito ativo nos crimes de abuso de autoridade;
- c) nos crimes de abuso de autoridade, a queixa subsidiária pode ser oferecida pelo ofendido, ainda que ausente qualquer inércia por parte do Ministério Público;
- d) os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada a representação da vítima, ou, quando incapaz, de seu representante legal;
- e) os particulares jamais poderão concorrer para os crimes de abuso de autoridade, pois estes são privativos de agentes públicos.

50. Raul é egresso do sistema penitenciário e está encontrando dificuldades na sua vida extramuros, notadamente em relação à moradia, pois não possui familiares e os poucos amigos não conseguem ajudá-lo. Nessa situação, a Lei de Execuções Penais no que concerne à Assistência ao Egresso:

- a) coloca como critério para concessão de moradia a comprovação de estar empregado;
- b) é omissa, deixando situações dessa natureza para encaminhamento caso a caso;
- c) estabelece a concessão de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses;
- d) determina a constituição de uma Comissão com assistente social, psicólogo e pedagogo para exarar parecer a respeito;
- e) dispõe que a Vara de Execuções Penais, a partir do comportamento do egresso, determinará o que será feito.

51. Considerando o disposto na Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como Lei de Drogas, assinale a alternativa que não traga um requisito para o tráfico privilegiado.

- a) Agente primário
- b) Portador de bons antecedentes
- c) Não se dedique a atividade criminosa
- d) Não integre organização criminosa
- e) Agente reincidente

52. Com o advento da Lei Nº 14688/2023 a parte das penas principais, dentro do Código Penal Militar, sofreu um impacto. Com base nisso, marque alternativa abaixo que não traga uma modalidade de pena principal:

- a) Morte.
- b) Reclusão.
- c) Detenção.
- d) Reforma.
- e) Impedimento

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

53. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial e à ação penal:

- a) O arquivamento do inquérito policial poderá ser realizado pela própria autoridade policial nos casos de atipicidade da conduta.
- b) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de base para a denúncia, é possível o desarquivamento dos autos, desde que haja efetiva prova nova.
- c) O perdão do ofendido não pode ser oferecido de forma tácita, exigindo-se que se dê de forma expressa.
- d) O recurso cabível para impugnar a decisão de não homologação do acordo de não persecução penal é o recurso em sentido estrito.
- e) A ação penal privada subsidiária da pública deve ser oferecida no prazo de 06 meses, a contar da ciência da autoria delitiva.

54. No que tange à aplicação da lei processual penal no tempo, é correto afirmar que:

- a) a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas não prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior
- b) a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas somente em relação às fases processuais futuras
- c) a lei processual penal se aplica somente aos processos ainda não iniciados
- d) a lei processual penal se aplica somente a fatos criminosos ocorridos após sua entrada em vigor
- e) a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos em curso, desde que benéfica ao agente

55. Gonzalo, argentino, praticou no Brasil um crime de receptação (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). O MP ofereceu denúncia em desfavor do infrator, perante a 01ª Vara Criminal de Campinas-SP, indicando como endereço para citação o número 1904 da Rua das Flores, Centro, Campinas-SP. O Juízo recebeu a denúncia e determinou a citação do acusado no endereço indicado. Lá chegando, o Oficial de Justiça recebeu de vizinhos a informação de que Gonzalo não mais residia no local, tendo se mudado há três meses, e que estaria residindo na Bolívia. Após a certidão do oficial de Justiça, o Juízo diligenciou, mas não obteve o endereço exato de Gonzalo.

Nesse caso, o acusado deverá ser citado:

- a) Por edital
- b) Por carta rogatória, endereçada ao Poder Judiciário da Bolívia
- c) Por carta rogatória, endereçada ao Poder Judiciário da Argentina
- d) Por hora certa
- e) Por carta precatória

56. Pablo, residente no Rio de Janeiro-RJ, clonou o número de celular de Guilherme e, se fazendo passar por este, enviou mensagem via WhatsApp para um dos contatos deste, André, residente em São Paulo-SP, pedindo um empréstimo de R\$ 1.000,00, prometendo pagar na semana seguinte. André, acreditando na fraude, transferiu o dinheiro, via PIX, para a conta indicada pelo infrator. A agência bancária que gere a conta recebedora do dinheiro está sediada em Londrina-PR. Três dias depois, Pablo compareceu a um caixa eletrônico em Niterói-RJ e sacou os valores.

Nesse caso, será competente para processar e julgar o delito o foro da comarca de:

- a) São Paulo-SP, local de residência da vítima
- b) Rio de Janeiro-RJ, local de residência do infrator
- c) Londrina-PR, local sede da agência bancária
- d) Niterói-RJ, local do recebimento da vantagem indevida

e) qualquer das comarcas citadas anteriormente, firmando-se pela prevenção.

57. Flávio foi preso em flagrante pelo crime hediondo de roubo majorado pela restrição à liberdade da vítima (pena: reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos e multa), tendo sido conduzido à presença da autoridade policial local, que, após os procedimentos legais, lavrou o Auto de Prisão em Flagrante Delito.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A nota de culpa deverá ser entregue ao preso no prazo de até 72h a contar da prisão.
- b) A fiança deverá ser fixada entre 10 e 100 salários-mínimos, por se tratar de crime com pena máxima superior a 04 anos de privação da liberdade.
- c) A fiança deverá ser fixada entre 10 e 200 salários-mínimos, por se tratar de crime com pena máxima superior a 04 anos de privação da liberdade.
- d) A fiança somente poderá ser arbitrada pelo Juiz.
- e) Será possível a concessão de liberdade provisória sem fiança em favor do preso.

58. Em determinado processo que tramita pelo procedimento comum (rito ordinário), o Juiz determinou a condução coercitiva do réu Danilo, ao fundamento de que este não poderia deixar de comparecer ao interrogatório. Antes do interrogatório, realizado antes da oitiva das testemunhas, o Juiz informou ao réu sobre seu direito ao silêncio, informando ainda que o silêncio não importaria confissão, mas poderia ser interpretado em seu prejuízo. Ouvido, Danilo confessou a prática do crime.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A condução coercitiva foi válida, conforme entendimento do STF.
- b) O interrogatório do réu deveria ter sido o último ato da instrução realizada em audiência.
- c) Agiu corretamente o Juiz ao informar ao réu sobre as consequências do exercício do direito ao silêncio.
- d) Por ser a confissão prova máxima no Direito processual penal pátrio, a condenação de Danilo é medida que se impõe, em razão da adoção do sistema tarifado da prova.
- e) O interrogatório do réu deveria ter sido realizado após a oitiva das testemunhas de defesa, mas antes da oitiva das testemunhas de acusação.

59. No curso de determinado processo criminal instaurado em desfavor de Nivaldo pela prática do crime de cárcere privado (pena: reclusão, de um a três anos), a defesa do réu requereu ao Juízo o reconhecimento da prescrição e a consequente extinção da punibilidade. O requerimento formulado, porém, foi indeferido pelo Juízo. Inconformada, a defesa de Nivaldo deverá:

- a) impetrar habeas corpus, por não haver recurso cabível na hipótese.
- b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 08 dias
- c) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias
- d) interpor recurso de apelação, no prazo de 10 dias, devendo as razões serem apresentadas concomitantemente, por se tratar de infração de menor potencial ofensivo.
- e) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, devendo as razões serem apresentadas em até 02 dias

60. Gustavo foi denunciado pelo Ministério Público do estado de São Paulo (MP-SP) pela prática do crime de omissão de socorro (pena: detenção, de um a seis meses, ou multa). Todavia, o Juízo do competente Juizado Especial Criminal, ao analisar a inicial acusatória, entendeu que não havia prova da existência do crime, razão pela qual rejeitou a inicial acusatória.

Nessa hipótese, caso não concorde com a decisão, o membro do MP deverá interpor:

- a) recurso de apelação, no prazo de 05 dias
- b) recurso de apelação, no prazo de 20 dias
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- e) recurso de apelação, no prazo de 10 dias

61. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial poderá expedir de ofício ordem de habeas corpus, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que, por violação ao ordenamento jurídico, alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
- b) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este não precisará ser renovado.
- c) O Ministério Público poderá impetrar habeas corpus.
- d) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- e) O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa física ou jurídica.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

62. Acerca dos institutos da tutela, curatela e da tomada de decisão apoiada, assinale a alternativa correta.

- a) A curatela de pessoa com deficiência deve abranger todos os atos da vida civil, por presumir-se a incapacidade absoluta em razão da deficiência intelectual ou mental, conforme disposição expressa do Código Civil.
- b) A tutela é medida excepcional aplicada a pessoas com deficiência maiores de idade que não possuem família, com o objetivo de assegurar sua inclusão social por meio da substituição total de sua vontade.

c) A tomada de decisão apoiada constitui mecanismo legal pelo qual a pessoa com deficiência e os apoiadores nomeados assumem conjuntamente a responsabilidade civil pelos atos praticados.

d) A Defensoria Pública poderá promover ação de tomada de decisão apoiada em favor de pessoa com deficiência, a seu pedido, sendo vedada a imposição judicial de curatela quando houver apoio suficiente para o exercício da capacidade civil.

e) O Ministério Público possui legitimidade exclusiva para requerer a interdição, sendo a Defensoria Pública impedida de atuar na curatela de pessoas com deficiência, por vedação expressa da Lei nº 13.146/2015.

63. No que se refere à possibilidade de as pessoas jurídicas figurarem como titulares de direitos fundamentais, assinale a alternativa correta

a) As pessoas jurídicas não podem ser titulares de direitos fundamentais, pois tais direitos são intrinsecamente ligados à dignidade da pessoa humana, atributo exclusivo das pessoas naturais.

b) A proteção dos direitos fundamentais às pessoas jurídicas limita-se aos direitos econômicos e patrimoniais, sendo vedada a invocação de direitos ligados à honra ou imagem.

c) As pessoas jurídicas podem, em determinadas situações, invocar a proteção dos direitos fundamentais, especialmente aqueles compatíveis com sua natureza, como os direitos à honra objetiva, liberdade de expressão e inviolabilidade do domicílio.

d) Apenas as pessoas jurídicas de direito público podem ser titulares de direitos fundamentais, por serem entes estatais cuja atuação visa à realização do interesse coletivo.

e) A Constituição da República e o Código Civil vedam expressamente a possibilidade de aplicação dos direitos da personalidade às pessoas jurídicas, salvo no caso de partidos políticos.

64. Acerca do ato ilícito extracontratual e das causas excludentes de ilicitude, assinale a alternativa correta:

- a) O estado de necessidade, mesmo que configurado, não exclui a ilicitude do ato, pois a causação de dano a outrem é suficiente para gerar o dever de indenizar.
- b) A legítima defesa configura excludente de ilicitude penal, mas não civil, sendo irrelevante para fins de responsabilidade extracontratual.
- c) A ocorrência de caso fortuito ou força maior configura causa excludente de culpa, mas não afasta o nexo causal, o que torna subsistente o dever de indenizar.
- d) A prática de ato em exercício regular de direito pode afastar a responsabilidade civil, desde que não haja excesso e que o agente esteja no exercício legítimo do direito.
- e) O abuso de direito, ainda que praticado sem culpa, afasta a ilicitude e, por isso, não enseja dever de indenizar, já que não há censura moral à conduta do agente.

65. Acerca das obrigações solidárias e das obrigações indivisíveis, assinale a alternativa correta:

- a) Nas obrigações indivisíveis, cada devedor responde apenas pela sua quota-parte, exceto se houver cláusula expressa de solidariedade, pois a indivisibilidade por si só não implica responsabilidade integral.
- b) A solidariedade entre os devedores depende exclusivamente da indivisibilidade da obrigação, pois não há solidariedade em obrigações divisíveis.
- c) Na obrigação solidária, qualquer um dos credores pode exigir a totalidade da prestação, ainda que a obrigação seja indivisível, e o pagamento a um libera os demais quanto à totalidade.
- d) A obrigação indivisível se torna divisível com a morte do devedor, ainda que haja sucessão, e os herdeiros passam a responder de forma proporcional, salvo se a solidariedade tiver sido expressamente estipulada.

e) Tanto na obrigação indivisível quanto na obrigação solidária, a prestação pode ser dividida entre os devedores desde que haja pluralidade subjetiva, pois ambas se regem pelo princípio da divisibilidade legal.

66. Acerca da diversidade sexual e do reconhecimento jurídico das famílias homoafetivas no ordenamento brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A união homoafetiva é equiparada à união estável heteroafetiva apenas para fins previdenciários, não produzindo efeitos patrimoniais típicos das entidades familiares.
- b) O Supremo Tribunal Federal reconhece a união estável homoafetiva como entidade familiar, com fundamento na dignidade da pessoa humana, mas não admite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por ausência de previsão legal expressa.
- c) A possibilidade de constituição de família por casais homoafetivos decorre diretamente da interpretação conforme a Constituição do art. 226 da CF/1988, e abrange inclusive o direito à adoção conjunta, desde que preenchidos os requisitos legais.
- d) O reconhecimento da parentalidade em casais homoafetivos depende de processo judicial prévio, sendo vedada a averbação direta em registro civil, mesmo em casos de reprodução assistida autorizada.
- e) A multiparentalidade é vedada em famílias homoafetivas, por comprometer a segurança jurídica e a definição objetiva dos vínculos familiares previstos na legislação.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

67. Sobre as regras a respeito da Lei Complementar nº 123 que trata das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, marque a opção correta:

- a) No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite legal para enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses, exceto se iniciar no segundo semestre.
- b) O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.
- c) A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual de R\$ 4.800.000,00 fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto na lei, incluído o regime de que trata do Simples Nacional, para todos os efeitos legais, sem exceção.
- d) Os efeitos da exclusão por exceder o limite de receita bruta anual de R\$ 4.800.000,00 dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta for superior a 20% (vinte por cento) desse limite.
- e) Na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, deverão considerar a unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, para tanto devendo articular as competências próprias com aquelas dos demais membros, e buscar, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

68. O Código Civil apresenta as regras sobre as preferências e os privilégios creditórios quando a pessoa entre em estado de insolvência civil. A respeito desse tema, marque a opção correta:

- a) Proceder-se à declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam à importância dos bens do devedor.
- b) Os títulos legais de preferência são os privilégios e os direitos reais ou pessoais.
- c) O crédito pessoal prefere ao real de qualquer espécie; o crédito pessoal privilegiado, ao simples; e o privilégio especial, ao geral.
- d) A discussão entre os credores não pode versar sobre a preferência entre eles disputada, mas sobre a nulidade, simulação, fraude, ou falsidade das dívidas e contratos.
- e) Quando concorrerem aos mesmos bens, e por título igual, dois ou mais credores da mesma classe especialmente privilegiados, haverá entre eles rateio proporcional ao valor dos respectivos créditos, apenas se o produto bastar para o pagamento integral de todos.

69. As sociedades podem ter participação societária de uma no quadro da outra. São várias as maneiras consideradas como coligações entre elas, a respeito desse tema, digam a que está de acordo com o Código Civil:

- a) Consideram-se coligadas as sociedades que, em suas relações de capital, são controladas, filiadas, de simples participação, ou recíprocas.
- b) É controlada a sociedade de cujo capital outra sociedade possua a maioria dos votos nas deliberações dos quotistas ou da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores.
- c) Diz-se de simples participação a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
- d) É coligada ou filiada a sociedade de cujo capital outra sociedade possua menos de dez por cento do capital com direito de voto.
- e) Salvo disposição especial de lei, a sociedade não pode participar de outra, que seja sua sócia, por montante superior, segundo o balanço, ao das próprias reservas, incluída a reserva legal.

70. As regras gerais a respeito das sociedades, previstas no Código Civil, marque a opção correta:

- a) Em regra, o sócio, cuja contribuição consista em serviços pode empregar-se em atividade estranha à sociedade.
- b) As obrigações dos sócios começam no registro do contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- c) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, não responde pela evicção; mas responde pela solvência do devedor, aquele que transferir crédito.
- d) O sócio não pode ser substituído no exercício das suas funções, sem o consentimento dos demais sócios, expresso em modificação do contrato social.

e) Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos sessenta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

71. Patrícia ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em desfavor de Carlos, seu ex-companheiro. Após toda a instrução probatória, o juízo julgou totalmente procedente os pedidos de Patrícia. Inconformado, Carlos pretende recorrer da sentença e procura a Defensoria Pública para tanto, uma vez que, apesar de citado, não apresentou defesa e nem constituiu advogado, sendo pessoa hipossuficiente. Diante da situação narrada e considerando que a Defensoria Pública atuará no processo, é correto afirmar que:

- a) Da sentença cabe agravo de instrumento, a ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) Da sentença cabe apelação, a ser interposta no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Da sentença cabe agravo de instrumento, a ser interposto no prazo de 30 (trinta) dias.
- d) Da sentença cabe apelação, a ser interposta no prazo de 30 (trinta) dias.
- e) O recurso cabível, como regra, não terá efeito suspensivo.

72. Pedro, residente em Campinas/SP, pretende ajuizar ação fundada em direito pessoal sobre bens móveis em desfavor de Maria, que possui dois domicílios: um em Jaguariúna/SP e outro em Itapira/SP. Considerando a situação narrada e observadas as regras sobre competência no Código de Processo Civil, Pedro poderá ajuizar a ação:

- a) Somente em Campinas, por ser o seu domicílio.
- b) Em Campinas/SP, em Jaguariúna/SP ou em Itapira/SP, a seu critério.
- c) Somente em Jaguariúna/SP ou em Itapira/SP.
- d) Somente em Campinas/SP ou em Jaguariúna/SP.
- e) Somente em Jaguariúna/SP.

73. Elizabete é Defensora Pública do Estado de São Paulo e retirou, em carga, autos da secretaria da X Vara Cível de Osasco/SP. A referida retirada,

- a) Implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, ainda que pendente de publicação.
- b) Implicará intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, desde que já tenha ocorrido a publicação.
- c) Não implicará intimação das decisões contidas no processo das quais a Defensoria Pública ainda não tenha sido pessoalmente intimada.
- d) Não implicará qualquer efeito de intimação, uma vez que a retirada dos autos não se confunde com a necessidade de publicação dos atos decisórios.
- e) Implicará intimação de decisões contidas no processo somente se aposto o ciente pela Defensora Pública.

74. De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca da audiência de conciliação ou de mediação,

- a) Não poderá ser realizada por meio eletrônico.
- b) As partes não precisam estar acompanhadas por advogados ou defensores públicos.

c) A pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.

d) A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por decisão interlocutória.

e) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.

75. De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca da homologação de decisão estrangeira,

a) Não é passível de execução a decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.

b) O cumprimento de decisão estrangeira far-se-á perante o juízo federal competente, a requerimento da parte, conforme as normas estabelecidas para o cumprimento de decisão nacional.

c) A decisão interlocutória estrangeira poderá ser executada no Brasil por meio de carta precatória.

d) A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, desde que homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

e) Não se admite homologação de decisão arbitral.

76. Flávia encontra-se presa em virtude de suposta prática do crime de tráfico de drogas. Na condição de ré presa, ela foi citada para responder a uma ação de reintegração de posse e ficou inerte, não apresentando defesa e nem constituindo advogado. Na referida situação, segundo dispõe o Código de Processo Civil, a curatela especial será exercida,

a) Pela Defensoria Pública.

b) Pelo Ministério Público.

c) Por advogado dativo.

d) Por advogado de confiança do juízo.

e) Por advogado que já tenha representado a requerida

77. De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca das provas,

- a) Fatos notórios dependem de prova.
- b) A parte que alegar direito consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial
- c) O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- d) O juiz não poderá aplicar as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.
- e) Não se admite no processo civil a utilização da denominada prova emprestada.

78. De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca do título executivo,

- a) A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução
- b) Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para serem executados.
- c) Não se admite a formação de título executivo extrajudicial assinados eletronicamente.
- d) É título executivo extrajudicial o documento particular assinado pelo devedor e por uma testemunha.
- e) A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

79. Acerca da tutela de urgência, considere:

- I – Não pode ser concedida após justificação prévia
- II – Se de natureza antecipada, não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- III – Se de natureza cautelar, pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguaração do direito.
- IV - Será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.

**PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES
INSTITUCIONAIS DA DPE-SP***Tiago Zanolla*

80. Durante seminário interinstitucional, discutiu-se o papel da Defensoria Pública na efetivação do acesso à justiça e na construção do Estado Democrático de Direito. Um debatedor sustentou que a Defensoria exerce papel secundário em relação ao Judiciário e ao Ministério Público, pois atua apenas em nome de cidadãos hipossuficientes. Em contraponto, um Defensor Público argumentou que sua atuação é expressão direta dos princípios constitucionais da dignidade humana, da ampla defesa e dos direitos fundamentais.

À luz da Lei Complementar nº 80/1994 e das normas constitucionais, é correto afirmar que:

- a) A Defensoria Pública é órgão acessório do Judiciário, atuando por delegação de função jurisdicional.
- b) O Defensor Público não possui capacidade postulatória própria, dependendo de autorização judicial para atuação em juízo.
- c) A Defensoria Pública tem entre seus objetivos a afirmação do Estado Democrático de Direito e a efetividade dos direitos humanos.
- d) A atuação da Defensoria é limitada ao contencioso judicial, sendo vedada atuação extrajudicial conciliatória.
- e) A Defensoria depende de convênios com entidades privadas para garantir o exercício da ampla defesa.

81. Durante visita institucional a um presídio estadual, um Defensor Público foi impedido de entrevistar um detento, sob o argumento de que não havia sala específica disponível e que a conversa deveria ser acompanhada por agente penitenciário. O Defensor contestou, alegando violação de prerrogativas institucionais. A direção do presídio afirmou que a estrutura física do local não permite atendimento reservado.

Com base na LC nº 80/1994, a conduta da administração penitenciária:

- a) Está correta, pois a entrevista com o Defensor pode ser acompanhada por agente de segurança.
- b) É aceitável, desde que ocorra com autorização do juiz corregedor.
- c) É vedada, pois os estabelecimentos devem garantir instalações adequadas e acesso irrestrito aos Defensores Públicos.
- d) Está dentro da legalidade, pois o direito de entrevista só se aplica a presos provisórios.
- e) É nula apenas se houver violação de sigilo funcional documentado.

82. Em atuação extrajudicial, um Defensor Público intermediou acordo entre um cidadão hipossuficiente e o município, referente à dívida decorrente de tributos atrasados. O termo de conciliação foi assinado por ambas as partes e referendado pelo Defensor Público. Posteriormente, o município se recusou a cumprir o acordo, alegando ausência de força executiva do documento, por não ter sido homologado judicialmente.

Nos termos da LC nº 80/1994, a recusa do município:

- a) É legítima, pois apenas acordos judiciais possuem força executiva.
- b) Está correta, já que o município, como ente público, só se submete a acordos homologados judicialmente.
- c) Está incorreta, pois o instrumento referendado pelo Defensor Público possui força de título executivo extrajudicial.
- d) Está incorreta, mas o acordo só produzirá efeitos se aprovado pela Câmara Municipal.
- e) Está parcialmente correta, pois a execução depende de inscrição do acordo em dívida ativa.

83. Durante uma deliberação administrativa, houve conflito entre um Subdefensor Público-Geral e a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo acerca de um procedimento disciplinar contra um Defensor. O Subdefensor alegou ter competência para arquivar de ofício a representação, mas a Corregedoria sustentou que deveria conduzir o procedimento e submetê-lo ao Conselho Superior, conforme suas atribuições legais.

Diante da estrutura prevista na LC nº 988/2006, é correto afirmar que:

- a) O Subdefensor pode, com base na hierarquia administrativa, anular os atos da Corregedoria-Geral.
- b) O Conselho Superior da Defensoria Pública atua exclusivamente como órgão consultivo e não interfere em processos disciplinares.
- c) A Defensoria Pública-Geral é o único órgão competente para iniciar procedimentos correccionais contra membros da carreira.
- d) A Corregedoria-Geral é órgão da administração superior com competência própria para fiscalização e correição funcional de Defensores Públicos.
- e) A Ouvidoria-Geral pode exercer poder disciplinar em casos excepcionais, desde que autorizada pelo Conselho Superior.

84. No contexto da organização da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, é fundamental compreender quem exerce sua administração superior e quais as regras para nomeação e substituição da chefia. Um servidor questiona se a função de chefe máximo pode ser exercida por membro externo à carreira, desde que com experiência na área jurídica e nomeado diretamente pelo Governador.

Com base na LC nº 988/2006, é correto afirmar que:

- a) O Defensor Público-Geral do Estado pode ser nomeado dentre juristas de notório saber, ainda que externos à carreira, desde que aprovados pela Assembleia Legislativa.

- b) A chefia da Defensoria Pública pode ser exercida por qualquer servidor de carreira com mais de 5 anos de exercício e curso de gestão pública.
- c) A função de Defensor Público-Geral do Estado somente pode ser exercida por membro da carreira com mais de 8 anos de ingresso e em efetivo exercício contínuo nos últimos 3 anos.
- d) O Governador pode nomear livremente o Defensor Público-Geral, independentemente de eleição interna.
- e) A função de Defensor Público-Geral pode ser atribuída a membro do Conselho Superior, sem necessidade de lista tríplice.

85. Na eleição para o Conselho Superior, dois Defensores Públicos receberam o mesmo número de votos para a última vaga. A comissão responsável pela apuração aplicou os critérios legais de desempate, mas ainda assim a decisão foi contestada por um dos candidatos, que alegava ser o mais qualificado tecnicamente.

Com base na LC nº 988/2006, é correto afirmar que:

- a) O critério de desempate entre Defensores é, sucessivamente: mais antigo no nível, depois mais antigo na carreira e, por fim, o mais idoso.
- b) Em caso de empate, deve ser realizado segundo turno entre os candidatos mais votados.
- c) A escolha deve ser feita pelo Conselho Superior em votação secreta.
- d) O candidato mais jovem deve ser escolhido, como forma de garantir renovação institucional.
- e) A lista deve ser remetida ao Defensor Público-Geral, que decide em caráter discricionário.

86. Durante um seminário sobre direitos coletivos, foi discutida a presença da Defensoria Pública em ações coletivas e sua atuação para além da assistência individual. Um participante questionou se há previsão legal específica que autorize a criação de núcleos voltados à defesa de interesses difusos e coletivos nas unidades regionais e na capital.

Com base na LC nº 988/2006, é correto afirmar que:

- a) A atuação em direitos difusos e coletivos é competência exclusiva do Defensor Público-Geral do Estado, por delegação legal.
- b) As Defensorias Públicas Regionais e da Capital contam com órgão de execução voltado à defesa de direitos coletivos e metaindividuais.
- c) A atuação em demandas coletivas depende de provocação do Ministério Público ou da Defensoria Pública da União.
- d) Apenas o Conselho Superior da Defensoria pode ajuizar ações civis públicas em nome da instituição.
- e) A criação de núcleos de atuação coletiva depende de convênio com o Poder Judiciário e autorização legislativa.

87. Joana é servidora da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ocupante de cargo de nível médio no Subquadro de Cargos de Apoio. Após concluir um curso de graduação em Administração, solicita a concessão de Adicional de Qualificação (AQ). A chefia imediata questiona se é possível reconhecer um curso superior para um cargo que exige apenas formação de nível médio.

Com base na legislação vigente, é correto afirmar que:

- a) O Adicional de Qualificação é devido quando o servidor comprovar formação escolar mais elevada do que a exigida para o cargo exercido.
- b) O servidor só poderá receber AQ se o diploma de nível superior estiver diretamente relacionado às atividades do cargo.
- c) O AQ é aplicável apenas aos cargos de nível superior da Defensoria Pública.

- d) A concessão do AQ exige que o título esteja cadastrado previamente no sistema da Secretaria da Fazenda Estadual.
- e) O servidor não poderá acumular títulos distintos para fins de AQ, ainda que sejam de nível superior.

88. Durante uma reunião de capacitação interna, discutiu-se a estrutura da carreira dos servidores do Subquadro de Cargos de Apoio da Defensoria Pública do Estado. Um dos gestores confundiu os conceitos de classe, referência e grau, afirmando que são sinônimos e apenas servem para fins de organização de folha de pagamento.

Com base na LC nº 988/2006, é correto afirmar que:

- a) Referência e grau são conceitos equivalentes e determinam conjuntamente a classe funcional.
- b) Classe é o conjunto de cargos com a mesma referência e padrão.
- c) Grau é o valor do vencimento dentro da referência e está vinculado à progressão do servidor.
- d) Classe representa o conjunto de vencimentos pagos a cargos de idêntica lotação funcional.
- e) Referência é o conjunto de classes e padrões que compõem o sistema remuneratório.

Discursiva 1

Ricardo comprou de Wagner um pequeno imóvel residencial no centro da cidade, objetivando locar o bem a terceiros e fazer dele uma fonte de renda. Poucos meses após a compra, Ricardo celebrou seu primeiro contrato de locação do imóvel, com o inquilino Tiago, pelo prazo determinado de um ano.

Nesse mesmo dia, Ricardo foi citado em ação judicial movida contra ele por Valéria. Na ação, a autora reivindica o imóvel (do qual afirma ser a legítima proprietária) e demonstra, já no acervo probatório acostado à petição inicial, que Wagner fraudou documentos para se fazer passar por dono do bem. A surpresa de Ricardo foi enorme, pois jamais suspeitara de qualquer irregularidade na contratação com Wagner.

À luz dos fatos descritos, responda aos itens a seguir.

- a) Caso venha a perder o imóvel em favor de Valéria, quais valores pode Ricardo exigir de Wagner e a que título? Justifique.
- b) Pode Ricardo exigir de Wagner tais valores no âmbito da própria ação movida por Valéria? Justifique.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

João, em 2011, celebra contrato escrito com sua sobrinha Maria (maior e capaz), sem prazo determinado, por via do qual empresta uma loja comercial de 350m², situada em área urbana, transferindo-lhe a posse com a finalidade estrita de dar-lhe oportunidade de explorar atividade empresarial para a sua subsistência. Passados 12 (doze) anos (2023), João descobre que Maria passou a residir no imóvel, desde que desistiu de empreender, há quatro anos (2019), e conseguiu emprego formal na iniciativa privada.

Inconformado, João notifica Maria para que ela restitua o bem imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, denunciando unilateralmente o contrato. Três semanas depois, recebe citação eletrônica em ação de usucapião promovida por Maria, na qual requer a declaração de usucapião, considerando o uso pacífico e contínuo da posse por mais de 10 (dez) anos, com base na usucapião extraordinária com redução de prazo, considerando o estabelecimento de moradia e serviços de caráter produtivo.

Em sua defesa, João afirma que ele é o proprietário do imóvel e Maria é quem está obrigada a restituir-lhe o bem, em razão da extinção do contrato outrora firmado entre as partes.

Diante do caso narrado, responda aos itens a seguir.

- a) Maria tem direito de usucapir o imóvel? Justifique.
- b) Em contestação, João pode formular pedido de condenação de Maria a restituir o imóvel a seu favor, nos autos da ação de usucapião? Justifique.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 3

Fernando agrediu fisicamente sua ex-companheira, Olga, causando-lhe lesões que resultaram na perda de vários dentes, o que provocou debilidade permanente da função mastigatória. Ninguém presenciou o ocorrido, tendo a vítima registrado ocorrência policial a respeito dos fatos. Posteriormente, profundamente arrependido, Fernando custeou tratamento ortodôntico para a substituição dos dentes que Olga perdera. O casal reatou o relacionamento, e a vítima compareceu à delegacia para retratar a representação ofertada.

Em face dessa situação hipotética, redija um texto dissertativo, respondendo, de forma fundamentada, às seguintes indagações.

- a) Qual é a tipificação do crime praticado por Fernando?
- b) A retratação da representação pela vítima na delegacia de polícia obsta o prosseguimento da persecução penal? Caso a vítima não manifestasse intenção de retratar a representação, poderia o juiz, de ofício, determinar a designação de audiência de retratação?
- c) A palavra de Olga é suficiente para a condenação de Fernando?
- d) Caso Fernando seja condenado, é admissível a substituição da pena prevista para o crime por pena restritiva de direitos?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 4

José encontra Paulo na festa de formatura de uma amiga em comum. Todavia, José é inimigo de longa data de Paulo e, estando já completamente embriagado, por ter exagerado no consumo de álcool, resolve colocar na bebida de Paulo uma determinada substância tóxica, a fim de ceifar a vida deste. Paulo, sem saber do ocorrido, ingere a bebida e começa a passar mal, ficando descontrolado, absolutamente fora de si. Durante o socorro prestado pelos paramédicos, Paulo profere xingamentos graves contra os referidos servidores públicos.

Posteriormente, José e Paulo são processados criminalmente. O primeiro por tentativa de homicídio e o segundo por desacato. No decorrer do processo, fica comprovado que José era portador de doença mental e, no momento do fato, era parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com este entendimento. Fica comprovado, também, que Paulo não tinha discernimento algum quando desacatou os funcionários, em razão da ingestão da substância colocada por José.

Neste caso, exclusivamente sob o prisma da imputabilidade penal, responda:

- a) Quais os critérios para a aferição da inimputabilidade penal? Quais foram adotados pelo CP?
- b) José é inimputável? Qual a consequência jurídica para o agente?
- c) Paulo é inimputável? Quais as consequências penais cabíveis?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
